



Número: **0062008-78.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO DE ASSIS SILVA (AUTOR)		RENATA ALVES CALABRIA (ADVOGADO) ELISANGELA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
68696 949	28/09/2020 18:58	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
68696 978	28/09/2020 18:58	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição em PDF
68696 977	28/09/2020 18:58	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
68696 976	28/09/2020 18:58	<a href="#">RG</a>	Documento de Identificação
68696 975	28/09/2020 18:58	<a href="#">comprovante de residência</a>	Documento de Comprovação
68696 974	28/09/2020 18:58	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
68696 973	28/09/2020 18:58	<a href="#">Declaração de Atendimento</a>	Documento de Comprovação
68696 972	28/09/2020 18:58	<a href="#">Ficha de Esclarecimento - Hospital da Restauração</a>	Documento de Comprovação
68696 971	28/09/2020 18:58	<a href="#">Laudo Neurocirurgião</a>	Documento de Comprovação
68696 970	28/09/2020 18:58	<a href="#">Negativa Lider</a>	Documento de Comprovação
68913 057	01/10/2020 19:09	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
68969 922	02/10/2020 16:21	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

Petição inicial anexa em PDF.



EXMO. SR DR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

**PAULO DE ASSIS SILVA**, brasileiro, solteiro, Jardineiro, portador da cédula de identidade sob o RG de n.º 5.881.929, inscrito no CPF/MF sob o n.º 045.413.554-85, residente e domiciliado na Rua Dom Expedito Lopes, 32 – A – San Martin – Recife/PE – CEP. 50760-565, por suas advogadas ao final assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus advogados legalmente constituídos, conforme instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional firmado à Rua da Paz, 266 – B, Edf. Antônio Rattacaso, lj. 10, Afogados, Recife, PE, CEP 50.770-000, onde recebe correspondências e notificações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT em face de:**

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, Com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da CIA EXCELSIOR SEGUROS DPVAT, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Avenida Marquês de Olinda, 175 – Recife Antigo – Recife/PE - CEP 50030-000, pelo que declara e passa a expor:

PRELIMINARMENTE

**1 - DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.**

Vem a parte autora informar que não possui interesse no aprazamento de audiência de conciliação, visto que, conforme já é conhecido pelo judiciário pátrio, ações que versam sobre o recebimento do SEGURO DPVAT, não são resolvidas pela via conciliatória, sem

Rua da Paz, 266. Edf. Antônio Rattacaso, lj. 10, Afogados, Recife - PE, 50.770-000. E-mail: [oliveiracalabria.advocacia@gmail.com](mailto:oliveiracalabria.advocacia@gmail.com) Tel. 3040-3003



que antes, seja NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA GRADUAÇÃO DA DEBILIDADE PERMANENTE DA PARTE AUTORA, só assim, sendo passível de composição amigável.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna pela CITAÇÃO DAS SEGURADORAS RÉS PARA APRESENTAR CONTESTAÇÃO, e, por conseguinte, a NOMEAÇÃO DE PERITO JUDICIAL, visto que EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.

## **2 - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

O requerente, não possuindo condições financeiras para arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento e de sua família, vem requerer a gratuidade da justiça com fulcro na Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e artigo 98, §1º do CPC/15.

## **3 - DOS FATOS**

A parte requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 01.01.2019, sofrendo lesões gravíssimas, que resultaram em sequelas definitivas, visto que, o ocorrido resultou na:

DEBILIDADE PERMANENTE EM VIRTUDE DE POLITRAUMATISMO

O que impediu o desempenho de suas funções habitualmente exercidas, conforme vasta documentação médica acostada à inicial.

Sendo a parte requerente vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, alínea "b" da aludida lei.

Portanto, diante do que se encontra na letra da lei, bem como em sua tabela anexa, a parte requerente perfaz o direito de receber o valor, que se refere a RESPECTIVA DEBILIDADE PERMANENTE que sofrera, haja vista que a legislação competente prevê um percentual para tanto.

Por via administrativa, **NÃO LHE FOI PAGO NENHUMA QUANTIA.**

O fato de não ser pago valor nenhum a parte autora demonstra, no mínimo, um total desrespeito com a legislação vigente, haja vista que não existe critério legal adotado pelas seguradoras, muito menos que a requerida tenha competência para não realizar o pagamento do referido seguro ao beneficiário.



POIS BEM, ENTÃO, FAZ JUS A PARTE AUTORA O RECEBIMENTO DO PERCENTUAL ESTABELECIDO, CONFORME VASTA DOCUMENTAÇÃO TRAZIDA, COM FUNDAMENTO NA LEGISLAÇÃO COMPETENTE,

CASO ESTE JULGADOR ENTENDA QUE SEJA NECESSÁRIA A GRADUAÇÃO DO PERCENTUAL REFERENTE A SEQUELA DA PARTE AUTORA, REQUER, DESDE ENTÃO, QUE SEJA NOMEADO PERITO JUDICIAL, EM VIRTUDE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2015, QUE FIRMA O CONVENIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO JUNTO A SEGURADORA RÉ COM A FINALIDADE DE PERCENTUALIZAR A DEBILIDADE DO AUTOR, DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI DO ELUDIDADO SEGURO, UMA VEZ QUE OS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR PERÍCIAS ACIDENTÁRIAS PÚBLICOS NÃO POSSUEM ESTRUTURA SUFICIENTE PARA ATENDER AO PLEITO.

Logo, percebe-se que, ingressa com a presente ação, a parte autora, a fim de receber o valor correspondente ao valor elencado na aludida perícia, estes que estão preestabelecidos na Lei nº. 6.194/74 e legislações posteriores, sendo subtraído o valor que porventura tenha sido recebido na esfera administrativa.

Portanto, diante dos fatos aqui narrados, bem como pela legislação apresentada pelo vasto entendimento jurisprudencial que existe nos tribunais superiores, requer que as parte rés sejam condenadas ao pagamento/complementação da indenização pelo seguro DPVAT, por ser do mais límpido direito da parte autora.

#### **4 - DO DIREITO**

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

*O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).*



*A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.*

*O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.*

*Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*



*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à demandante:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. *Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária.* 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. **Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado.** 4. **Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto.** 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).**

**APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. *Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT.* Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).**

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. *Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária.* 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. **Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado.** 4. Descabida**



*correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).*

*Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:*

*Súmula 474*

***"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."***

Para tanto, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica.** Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

## **5 – DOS REQUERIMENTOS**

**ANTE O EXPOSTO**, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

**4.1.** Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**

**4.2.** Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.2.1. Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;





**4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;**

**4.4.** Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

4.4.1. Que se declare devida à parte autora o pagamento da **complementação de indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, no valor de **R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais)**, com atualização monetária desde o evento danoso.

4.4.2. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

**5.** Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais).

Pede Deferimento

Recife, 24 de setembro de 2020.

**ELISÂNGELA DE OLIVEIRA**  
**OAB/PE Nº 41.066**

**RENATA ALVES CALABRIA**  
**OAB-PE 37.347**



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** PAULO DE ASSIS SILVA, brasileiro, solteiro, jardineiro, portador do RG 5.889.929 - SDS, inscrito(a) no CPF sob o nº045.413.554-85, residente e domiciliada à Rua Dom Expedito Lopes, 32 – Sam Mrtim– Recife/PE CEP. 50760-565.

**OUTORGADOS:** ELISÂNGELA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE Nº 41.066 e RENATA ALVES CALABRIA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE Nº 37.347, residentes e domiciliadas na cidade do Recife com escritório profissional na Rua da Paz, 226. Edf. Antônio Rattacaso, lj. 10, Afogados, Recife - PE, 50.770-000, onde recebe intimações, sob pena de eventuais nulidades.

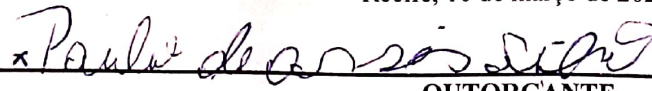
**PODERES:** Para o foro em geral, com cláusula “Ad Judicia et extra”, podendo para tanto, renunciar aos valores excedentes ao teto máximo do Juizado Especial Federal, a fim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do outorgante perante o Juizado Civil e Estadual, podendo, inclusive, assinar, confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, substabelecer e renunciar ao direito ao qual se funda o objeto da ação.

**DECLARAÇÃO:** Declaro para os devidos fins de direito, que não possuo condições de litigar em juízo sem prejuízo pecuniário próprio ou de minha família, pelo que requeiro os benefícios da justiça gratuita nos termos do Art.4º, 1º da Lei 1060/50.

**CONTRATO:** Fica acertado entre as partes acima, o pagamento de honorários contratuais advocatícios à base de 30% dos benefícios econômicos auferidos, em caso de êxito.

Parágrafo. Os valores serão pagos à ELISÂNGELA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, advogada OAB/PE Nº 41.066, CPF nº 050.044.344-09 e RENATA ALVES CALABRIA, CPF nº 093.231.904-76 e o contratante autoriza desde já a retenção dos honorários advocatícios em favor do contratado, por ocasião do pagamento judicial.

Recife, 10 de março de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**OUTORGANTE**

Rua da Paz, 266. Edf. Antônio Rattacaso, lj. 10, Afogados, Recife - PE, 50.770-000. E-mail: [oliveiracalabria.advocacia@gmail.com](mailto:oliveiracalabria.advocacia@gmail.com)  
Tel. 3040-3003; 98297-8434.

Digitalizado com CamScanner



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.881.929 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/02/2016

NOME << PAULO DE ASSIS SILVA >>

FILIAÇÃO << >>

<< MARLENE DE ASSIS SILVA >>

NATURALIDADE RECIFE - PE DATA DE NASCIMENTO 06/10/1981

DOC. ORIGEM << 074971 01 55 1683 1 00027 049 0029835 18 RECIFE PE >>

CPF 045.413.554-85 PIS/PASEP: 2090489974-2

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

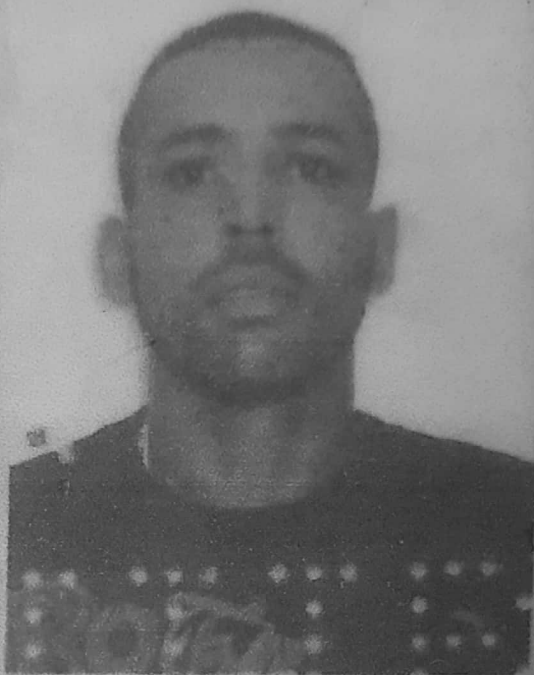
416831681502113800.6707067 F-70 30.308 - 4322





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

E 02



CARTEIRA DE IDENTIDADE

*Permaneça assim sempre*





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AR  
Digital



CORREIOS\_0066\_INSS\_071081209\_1751-2026  
0013272059



Data de postagem: 18/09/2020



PAULO DE ASSIS SILVA  
RUA: DOM EXPEDITO LOPES, Nº 32 - A, SAN MARTIN  
RECIFE  
50760--565



Recebedor: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Documento: \_\_\_\_\_

REMETENTE:  
AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSOS  
SAUS 8 ANDAR, ASA SUL  
BRASILIA  
70070--946

000933

PARA USO DOS CORREIOS

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 01 - MUDOU-SE                     | <input type="checkbox"/> 07 - AUSENTE                        |
| <input type="checkbox"/> 02 - ENDEREÇO INSUFICIENTE        | <input type="checkbox"/> 08 - NÃO PROCURADO                  |
| <input type="checkbox"/> 03 - NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO | <input type="checkbox"/> 10 - OBJETO DANIFICADO              |
| <input type="checkbox"/> 04 - FALECIDO                     | <input type="checkbox"/> 11 - ED. DESCONHECIDO NA LOCALIDADE |
| <input type="checkbox"/> 05 - DESCONHECIDO                 | <input type="checkbox"/> 12 - FALTA COMPLEMENTO (COLETIV/GU) |
| <input type="checkbox"/> 06 - RECUSADO                     | <input type="checkbox"/> 13 - CAIXA POSTAL CANCELADA         |

Reintegrado ao serviço postal em: \_\_\_\_\_

Rubrica do responsável: \_\_\_\_\_

Matricula: \_\_\_\_\_

Impresso pela Dataprev

202000653657

FORM: VersoCapaARDigital

BSB-CDIP - 0000000000



Bandeira do Estado  
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 013ª CIRCUNSCRIÇÃO - MUSTARDINHA - DPT 13 CIRC  
DIM/4ª DESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0103001828**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **21/08/2019** às **11:46**

Complementa o BO Número: **19E0103001649**

**ATROPELAMENTO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **1/1/2019** no período da **Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE PARNAMIRIM (BAIRRO), 1, AV: PINTO ROSA EM FRENTE AO EDF. VILA MARIANA PARNAMIRIM** - Bairro: **PARNAMIRIM** - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)  
PAULO DE ASSIS SILVA (VÍTIMA)

EXCELSIOR SEGUROS

12 SET. 2019

SEGURO DPVAT

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

BICICLETA: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): PAULO DE ASSIS SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**PAULO DE ASSIS SILVA (presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARLENE DE ASSIS SILVA** Data de Nascimento: **6/10/1981** Naturalidade: **RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **5881929/SDS/PE (RG)**. **04541355485 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **1º. GRAU INCOMPLETO** Profissão: **JARDINEIRO(A)**  
Telefones Celulares:  
- **984114748**

Endereço Residencial: **RUA VINTE E UM DE ABRIL, 117 - CEP: 55000-000 - Bairro: AFOGADOS - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão)** - Sexo: **Desconhecido** Naturalidade: **RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**BICICLETA (BICICLETA)** de propriedade do(a) Sr(a): **PAULO DE ASSIS SILVA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **PAULO DE ASSIS SILVA**  
Categoria/Marca/Modelo: **NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Complemento / Observação

**COMPARECEU A ESTA DELEGACIA O SR. PAULO DE ASSIS SILVA, DIZENDO QUE QUANDO SE DESLOCAVA EM UMA BICICLETA PELA RUA PINTO ROSA NO BAIRRO DO PARNAMIRIM, FOI ATROPELADO POR UM COLETIVO E SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO ONDE FICOU SENDO ASSISTIDO POR UM**



PERÍODO DE 60 DIAS. O QUEIXOSO NÃO SOUBE INFORMAR QUAL ONIBUS QUE O ATROPELOU, POIS DESMAIOU E FICOU EM COMA POR VÁRIOS DIAS. A VITIMA APRESENTOU AQUI DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO SAMU Nº 083.04.2019 ASSINADA PELO DR. SERGIO PARENTE COSTA. SEM MAIS PARA REGISTRO.

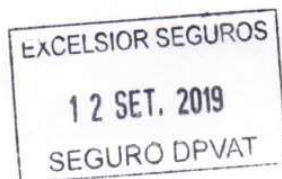
Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

✕

**PAULO DE ASSIS SILVA**  
(VITIMA)



B.O. registrado por: **MARCONI LIMA DE OLIVEIRA** - Matrícula: **2208415**





**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO**

Nº DA	083.04.2019
DATA	29.04.2019

Atendendo ao requerimento da Sra. **MARLENE DE ASSIS SILVA**, portadora do Documento de Identidade nº **2289579** SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº **464.259.774-34**, declaramos que consta em nossos arquivos a ocorrência de nº **S-571992**, que no dia 01 de janeiro de 2019, o paciente Sr. **PAULO DE ASSIS SILVA**, portador do Documento de Identidade nº **5881929** SDS/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº **045.413.554-85**, foi atendida por nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU Metropolitano do Recife, vítima de colisão envolvendo bicicleta e ônibus, por volta das 08h, na Rua Pinto Rosa, em frente ao Edifício Vila Mariana, após Shopping Parnamirim, no bairro Parnamirim, Recife/PE e, sendo direcionado para o Hospital da Restauração. Recife, 29 de abril de 2019.

*Dr. Sérgio Parente Costa*  
Gerente de Informação e Avaliação  
SAMU Metropolitano - Recife



**Dr. Sérgio Parente Costa**  
**Gerente de Informação e Avaliação**  
**SAMU Metropolitano do Recife**

EXCELSIOR SEGUROS  
12 SET. 2019  
SEGURO DPVAT

SAMU METROPOLITANO DO RECIFE

Avenida Manoel Borba, 951 Boa Vista Recife – PE

CEP – 50.060.140 Fone: 3355-7450







SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO

## FICHA DE ESCLARECIMENTO

ATENDIMENTO: 1073682/2019

NOME: PAULO DE ASSIS SILVA.

Foi atendido às 08h27 do dia 01.01.2019.

**Diagnóstico provável:** *Fratura complexa de 1/3 médio de face.*

*Fratura complexa de mandíbula.*

*Exotropia por encurtamento muscular secundário a fratura de órbita à direita.*

*TCE grave - HEDA láminas temporal + fratura linear temporal direita. (Acidente automobilístico)*

**Tratamento realizado:**

*Trat. cirúrgico - redução e fixação de fratura complexa de 1/3 médio de face + reconstrução de paredes inferior da órbita + descompressão de órbita em 18.01.19*  
*redução e fixação de fratura complexa de mandíbula + osteoplastia de mandíbula. um curso intra-oral em 28.01.2019*

**Obs.** *Fisioterapia respiratória*

*Trat. conservador do TCE.*

*Exames complementares - Trat. de suporte clínico*

As informações contidas neste documento foram transcritas, na íntegra, do Prontuário Médico, não do Médico Assistente e sim do serviço Arquivo Médico e Estatístico.

*Orientações e prescrições para casa.*

Cópia de Prontuário Médico em \_\_\_\_\_. Alta em 21.02.2019

*16.10.2019*  
HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO  
Dr. Franklin Serra  
Médico do SAMÉ  
CRM 7874

**Atenção:** Este documento destina-se a comprovação de atendimento hospitalar ou ambulatorial para: INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DO TRATAMENTO AMBULATORIAL.

Av. Agamenon Magalhães, S/N - Derby - Recife - PE CEP 52.010-040

Fones: 31815451/31815572





**HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO**  
Central de Agendamento Ambulatorial  
COMPROVANTE DE AGENDAMENTO



**Informações do Atendimento**

Consulta.....: 22/04/2019 13:00Hr  
Serviço.....: NEUROCIRURGIA PERIFERICO  
Médico.....: 591 - FERNANDO HENRIQUE MORAIS DE SOUZA  
Agenda.....: 47772

OK

**Informações do Paciente**

Paciente.....: 1661729 Same.....: 868914  
Nome.....: PAULO DE ASSIS SILVA  
Sexo.....: MASCULIN  
Fone.....: Residencial: (81) - 31815400 / Celular: () - Nasc.....: 06/10/1981  
Endereço.....: IGNORADO, 1 - CENTRO - RECIFE - PE - Cep: 52010170  
Cidade.....: RECIFE

 Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO RECEITUÁRIO MÉDICO PERNAMBUCO GOVERNO DO ESTADO	Paciente: Paulo de Assis Silva	Registro: Paulo de Assis Silva
	Clínica:	Box/Leito/Enfermaria:
<p><u>ANCR</u></p> <p>Paciente vítima de acidente automobilístico envolvendo com lesão de plexo nervoso em membro superior @ Solicito avaliação e condução do caso.</p>		
Data: 21/03/19		Ass. Carimbo Médico/CREMEPE

COD. 0340

EXCELSIOR SEGUROS  
12 SET. 2019  
SEGURO DPVAT





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3190529480

Vítima: PAULO DE ASSIS SILVA

Data do Acidente: 01/01/2019

Cobertura: INVALIDEZ

**Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO**

Senhor(a), PAULO DE ASSIS SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 13ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810306

Processo nº **0062008-78.2020.8.17.2001**

AUTOR: PAULO DE ASSIS SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

A despeito da obrigatoriedade quanto à designação da audiência de conciliação ou mediação, prevista no art. 334 do CPC, o § 4º do referido dispositivo legal reza que não será realizada se ambas as partes manifestarem desinteresse na sua realização ou quanto não for admitida autocomposição.

Embora seja possível a autocomposição, o que, de início, obriga a realização da referida audiência, a experiência e a prática judiciária têm demonstrado que nas ações de pedido de complementação de seguro DPVAT as partes não têm apresentado interesse na composição da lide, mesmo naqueles casos em há elaboração de perícia médica antecedente, além do que, tem-se observado um número significativo de audiência cuja realização resta prejudicada pelo não comparecimento do demandantes, que em sua maioria são de outras comarcas.

Nessa contextura, entendo pela dispensa da audiência de conciliação ou mediação, a qual tem se mostrado inócua, gerando um custo sem retorno satisfatório para ambas as partes e, em especial, para a máquina pública, aplicando analogicamente o disposto no inciso II, do parágrafo 4º, do art. 334 do CPC, sem prejuízo de que, havendo interesse das partes à audiência conciliatória poderá ser realizada a qualquer tempo no curso do processo.

Indefiro o pedido liminar de produção antecipada de prova, vez que não restou demonstrada pela autora a possibilidade de perecimento do objeto.

Cite-se a parte ré para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação.

Concedo à parte autora os benefícios da justiça gratuita, eis que presentes os requisitos legais.

Cumpra-se.



RECIFE, 1 de outubro de 2020

Ruy Trezena Patu Júnior  
Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 13ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0062008-78.2020.8.17.2001  
AUTOR: PAULO DE ASSIS SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 13ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 68913057, conforme segue transcrito abaixo:

*"DESPACHO A despeito da obrigatoriedade quanto à designação da audiência de conciliação ou mediação, prevista no art. 334 do CPC, o § 4º do referido dispositivo legal reza que não será realizada se ambas as partes manifestarem desinteresse na sua realização ou quanto não for admitida autocomposição. Embora seja possível a autocomposição, o que, de início, obriga a realização da referida audiência, a experiência e a prática judiciária têm demonstrado que nas ações de pedido de complementação de seguro DPVAT as partes não têm apresentado interesse na composição da lide, mesmo naqueles casos em há elaboração de perícia médica antecedente, além do que, tem-se observado um número significativo de audiência cuja realização resta prejudicada pelo não comparecimento do demandantes, que em sua maioria são de outras comarcas. Nessa contextura, entendo pela dispensa da audiência de conciliação ou mediação, a qual tem se mostrado inócua, gerando um custo sem retorno satisfatório para ambas as partes e, em especial, para a máquina pública, aplicando analogicamente o disposto no inciso II, do parágrafo 4º, do art. 334 do CPC, sem prejuízo de que, havendo interesse das partes à audiência conciliatória poderá ser realizada a qualquer tempo no curso do processo. Indefiro o pedido liminar de produção antecipada de prova, vez que não restou demonstrada pela autora a possibilidade de perecimento do objeto. Cite-se a parte ré para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação. Concedo à parte autora os benefícios da justiça gratuita, eis que presentes os requisitos legais. Cumpra-se. RECIFE, 1 de outubro de 2020 Ruy Trezena Patu Júnior Juiz de Direito "*

RECIFE, 2 de outubro de 2020.

**MOYSA MARIA DE SOUZA LEAO SALES**  
Diretoria Cível do 1º Grau

